

O SUBLIME E A DESTINAÇÃO SUPRA-SENSÍVEL DO HOMEM NA CRÍTICA DA FACULDADE DO JUÍZO

Aluno: Alexandre Medeiros de Araújo
Orientador (a): Vera Cristina de Andrade Bueno

Introdução

No final da segunda introdução a *Crítica da faculdade do juízo*[1], Kant refere-se a um suposto “abismo” que separa o domínio do conceito de natureza do domínio do conceito de liberdade. Admitindo, no entanto, que não haveria nenhuma “determinação possível” da razão em relação ao domínio da natureza, ou seja, a razão, em função de ser a faculdade que é capaz de lidar com a idéia de liberdade, não tem nenhuma ingerência na natureza e, de modo semelhante, a natureza por si mesma não pode lançar mão da idéia de liberdade, Kant pôde vislumbrar um meio pelo qual fosse possível “lançar uma ponte” sobre esse “abismo intransponível”, para então levar a bom termo a completude do seu sistema. O juízo estético do sublime, tema da pesquisa, seria o meio que possibilitaria estabelecer a relação entre a natureza e a idéia de liberdade na medida em que avivaria no ânimo o sentimento de uma destinação supra-sensível.

Objetivos

A pesquisa pretendeu esclarecer as notas características presentes no conceito do sublime e o modo como este conceito estaria relacionado com o supra-sensível, onde residiria a idéia de liberdade. Para tanto, a pesquisa encontrou um importante apoio na interpretação de Paul Guyer, que defende não haver propriamente abismo entre natureza e liberdade, mas sim entre a esfera humana dos sentimentos e a lei moral do dever. É sobre essa esteira de argumentação que se debruça a investigação feita, que teve como objetivo principal esclarecer em que medida o ajuizamento estético do sublime teria condições de superar o mencionado abismo entre os sentimentos e a lei moral sem abrir mão da idéia de liberdade, pilar central do sistema kantiano e, por conseguinte, do dever moral.

Metodologia

A pesquisa consistiu na leitura da segunda introdução da *Crítica da faculdade do juízo*, bem como a analítica do sublime, segundo livro da “analítica da faculdade de juízo estética”. A partir da leitura dessa obra, identificamos os conceitos de juízo, reflexão, do sentimento de prazer e desprazer, e sublime. Uma vez entendidos estes elementos, foi possível explicitar uma base que nos permitisse tratar do tema de um modo bem fundamentado. Para o desenvolvimento da relação entre ética e estética presente em nosso tema, foi de fundamental importância a leitura da *Fundamentação da metafísica dos costumes*[2] na qual pudemos identificar com maior precisão as notas características presentes na ética kantiana, o seu conceito de lei moral e dever. Passamos a seguir à leitura interpretativa do texto: *Kant and Experience of Freedom: Essays in Aesthetics and Morality* [3] de Paul Guyer. Concomitante ao todo da obra de Kant, foram frequentes os encontros com a orientadora, bem como a presença nas aulas do programa de pós-graduação referentes ao tema estudado, e a presença em palestras relacionadas ao tema.

Conclusões

Foi possível verificar, na analítica do sublime, o estabelecimento de uma relação entre a estética e a ética na medida em que, no ajuizamento estético, a faculdade da apresentação, a imaginação, a faculdade *sensível*, por ser inadequada à avaliação estética da grandeza da natureza, tanto em sua extensão (sublime matemático) como em seu domínio (sublime dinâmico), ao se submeter à avaliação da razão, desperta o sentimento de uma destinação supra-sensível no homem. Isto é, o sentimento de uma “conformidade a fins superior à natureza sensível”.

Foi de extrema relevância aos nossos estudos a interpretação de Guyer, segundo a qual, Kant estaria voltado mais para a proposta de harmonizar a esfera humana dos sentimentos com a lei moral do dever do que, de uma maneira geral, o domínio da natureza com a liberdade. Isto nos possibilitou entender exatamente em que medida é possível a relação do conceito do sublime com aquele do supra-sensível. Uma vez que nas notas contidas no conceito de sublime nos levam ao do supra-sensível, foi possível, ainda, esclarecer, de modo bem fundamentado como a liberdade da imaginação se relaciona com a razão. Pudemos, desse modo, subscrever, a proposta interpretativa de Guyer, segundo a qual o abismo entre o reino da natureza e o reino da liberdade deveria ser superado, a partir da argumentação de que a *Crítica da faculdade do juízo* contém um maior desenvolvimento do papel e da importância do sentimento na prática da moralidade, e da sensibilidade em nossa compreensão da moralidade.

A moralidade presente na *Crítica da faculdade do juízo* não seria, desse modo, fruto de uma outra concepção de liberdade, mas é a mesma presente tanto em sua *Fundamentação da metafísica dos costumes* como na *Crítica da razão prática*. O distintivo característico da *Crítica da faculdade do juízo* consistiria em abarcar toda a dimensão humana e não somente a racional pura, como a leitura das duas obras poderia dar a entender.

Foi possível, portanto, concluir o nosso trabalho concordando com Guyer, que afirma não haver nenhuma contradição entre a ética kantiana, tal como apresentada na *Fundamentação da metafísica dos costumes*, com o ajuizamento estético, sobretudo com o ajuizamento estético do sublime, na medida em que a possibilidade de harmonizar o sentimento com a moralidade depende da liberdade da imaginação, essencial para a concepção kantiana do estético que, por sua vez, aponta para a destinação supra-sensível do homem e, por conseguinte, à derradeira pergunta de Kant: “o que é o homem?”.

Bibliografia

- [1] KANT, I. *Crítica da Faculdade do Juízo*. 2ª Edição. Trad.: Valério Rohden e Antônio Marques. Ed.: Forense Universitária. Rio de Janeiro, 2005. pág.: 39-40.
- [2] _____. *Fundamentação da Metafísica dos costumes*. Trad.: Paulo Quintela. Ed.: Porto. Portugal, 1995. pág.: 31-43.
- [3] GUYER, P. *Kant and the Experience of Freedom: Essays in Aesthetics and Morality*. Cambridge & New York. Cambridge University Press, 1993. pág.: 27.